



Diversidade e Singularidade no Território Educação Diversity and Singularity in Territory Education

Nadia Regina Baccan Cavamura¹

RESUMO

Este ensaio busca trazer à discussão sobre diferença, diversidade, inclusão e exclusão, linha temática desse número da revista *Perspectivas da Educação Matemática*, os conceitos filosóficos de disciplina, norma e controle, criados por Michel Foucault. Esses conceitos nos possibilitarão ver que, apesar do muito que se tem estudado sobre educação, ainda estamos imersos em uma realidade que imobiliza e parece nos levar sempre para trás pois tais conceitos são, ainda hoje, réguas de medição que conduzem a movimentos de exclusão. Buscamos, também, apresentar um quadro que coloca nosso sistema educacional brasileiro como um prisioneiro na Torre de Bentham, fazendo referência a sempre atual obra de Foucault, *Vigiar e Punir*.

Palavras-chave: Sistema Educacional Brasileiro, Filosofia da Diferença, Michel Foucault, Vigilância e punição. Normalização.

ABSTRACT

This essay seeks to bring the discussion on difference, diversity, inclusion and exclusion, this thematic line issue *Perspectives of Mathematics Education*, the philosophical concepts of discipline and control, created by Michel Foucault. These concepts will enable us to see that, in spite of much that has been studying education, we are still immersed in a reality that immobilizes and seems to always take us back because such concepts are, even today, measuring rules that lead to movements of exclusion. We also present a framework that puts our Brazilian educational system as a prisoner in the Tower of Bentham, referencing the work of Foucault, *Discipline and Punish*.

Keywords: Brazilian Educational System, Philosophy of Difference, Michel Foucault, Surveillance and punishment, Standardisation.

Ao nos propor a escrever esse texto nos deparamos com o desafio de iniciá-lo, de onde partir e como convidá-los para trilhar esse caminho comigo. Como diria Michel Foucault (2010, p.5) “ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível”, então vamos lá!

¹ Doutora em Educação Matemática titulada em 2016 pela PPGEM da UNESP de Rio Claro. Atualmente professora efetiva de Matemática do IFSP campus de Piracicaba. E-mail: nrbaccan@gmail.com

Escrever sobre diferença nos tempos atuais tem se tornado cada vez mais arriscado, pois

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 2010, p.9)

Há uma tendência de se pensar como se tudo tivesse necessariamente que ser uma crítica político partidária, o que pode ser, pois não se deve descartar a potência das palavras... mas esse não é nosso objetivo no momento. A própria Declaração Universal dos direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948, traz em seu artigo 1º que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”, situação essa que é reafirmada na nossa Constituição Federal em seu artigo 5º, que afirma que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Mas o que é ser igual? O que implica em ser diferente?

Trazemos uma letra de música que descreve uma possibilidade de pensar e construir esse tema.

*Há tantos quadros na parede
Há tantas formas de se ver o mesmo quadro
Há tanta gente pelas ruas
Há tantas ruas e nenhuma é igual a outra
Ninguém é igual a ninguém
Me espanta que tanta gente sinta
(Se é que sente) A mesma indiferença*

*Há tantos quadros na parede
Há tantas formas de se ver o mesmo quadro
Há palavras que nunca são ditas
Há muitas vozes repetindo a mesma frase:
Ninguém é igual a ninguém
Me espanta que tanta gente minta
(Descaradamente) a mesma mentira*

*Todos iguais, todos iguais
Mas uns mais iguais que os outros
(...)*

*O que me encanta é que tanta gente
Sinta (se é que sente) ou
Minta (desesperadamente)
Da mesma forma*

*Todos iguais, todos iguais
Mas uns mais iguais que os outros*

(Ninguém = Ninguém. Composição de Humberto Gessinger. Gravada pelos Engenheiros do Hawaii no álbum *Gessinger, Licks & Maltz*, em 1992)

Utilizaremos fragmentos dessa canção em vários trechos desse ensaio² com a finalidade de ilustrar sentimentos...

Muitos de nós trabalhamos com pessoas, em especial os educadores e educadores matemáticos, que creio ser grande parte dos sujeitos que leem esse artigo nesse momento. Nosso material é humano. Podemos concordar que pessoa é única e múltipla pois também nós somos únicos e múltiplos e dentro de nossa multiplicidade nos desconstruímos e nos reconstruímos a cada movimento, a cada acontecimento. Nós deixamos de lado vários “eus” e criamos outros constantemente. Esse é o nosso material de trabalho. Vários mundos se inventando e se interconectando nessa criação.

Não estamos em um mundo de iguais, e como educadores, temos também o papel colocar cada um, cada pessoa, à vista, os tornando visíveis mesmo que não ocultos.

Pensar sobre multiplicidades abre espaço para olhares outros ao invés certezas imutáveis, para conhecimento e criação, e não para re-conhecimentos e repetições. Abre possibilidades para o novo, para o diferente, para verdades outras, que podem e não precisam ser as nossas.

O que vivenciamos e sentimos já há algum tempo na educação escolar brasileira, quem está lá, todo dia, saberá do que falamos, são duas concepções distintas de escola: uma preocupada com a preparação para os vestibulares, visando as melhores vagas no Ensino Superior para seus alunos, assim como seu desempenho em grandes avaliações externas, como ENEM ou olimpíadas científicas, por exemplo – e outra que talvez sonhe um dia em pensar querer algo como a anterior, pois o que querem mesmo hoje, a qualquer custo, é certificar mais e mais, é avançar de décimo em décimo suas classificações perante testes internacionais, como o PISA, para citar um exemplo, ou mesmo nas avaliações governamentais de nosso país, tal como o SARESP, do estado de São Paulo, mesmo que padecendo dos mais diversos tipos de fracassos e desilusões.

² Optamos citar os trechos da música Ninguém = Ninguém de Humberto Gessinger, que foi gravada pelos Engenheiros do Hawaii no álbum *Gessinger, Licks & Maltz*, em 1992, sem colocar as referências repetidamente com o intuito de deixar o texto mais fluido, pois nosso objetivo é usar uma das finalidades da arte, atingir o sensível.

Mas ainda assim:

*“Há muitas vozes repetindo a mesma frase:
Ninguém é igual a ninguém
Me espanta que tanta gente minta
(Descaradamente) a mesma mentira*

*Todos iguais, todos iguais
Mas uns mais iguais que os outros”
(...)*

As duas formas de educação ressaltadas se utilizam da docilização dos corpos para tentar cumprir suas metas. Segundo Foucault (1987, p.118), “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”, ou seja, um corpo adestrado, produzido e moldado para ocupar seu lugar numa sociedade de produção e, talvez, descartado quando não mais produzir. Uma educação feita de metas numéricas, mais do que educacionais, baseada na docilização dos corpos dos estudantes.

Como na obra de Foucault (1987, p. 117), onde “o soldado tornou-se algo que se fabrica”, a Educação também se tornou algo que fabrica - fabrica alunos nas escolas, produz rankings, notas e classificações nacionais e internacionais, produz massa de manobra, produz rebanhos – assim “de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa” (FOUCAULT, 1987, p.117), uma maquinaria de estado.

Se pudéssemos olhar bem dentro dos olhos do sistema que domina os meios de gestão atuais, dentre eles da educação, veríamos que se trata quase que de um instrumento de coerção e limitação do formar-se, do formar com, pois está implantada “uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 1987, p.119).

A maquinaria que mantém a docilização do corpo-Educação, segundo Giacóia Jr,

[...] não se trata mais, doravante, da figura solene da antiga soberania, mas de um poder exercido minuciosamente e distribuído de modo capilar por todo o tecido social, que se exerce por “mecanismos contínuos, reguladores e corretivos”, ou seja, não mais do império da lei, mas da introjeção da norma, do controle da vigilância, da punição. Aquilo que estará efetivamente em jogo nas ralações de poder consistirá, doravante, em qualificar, medir, apreciar, hierarquizar as forças vivas, sobretudo investindo sobre seu suporte biológico, os corpos. Antes de tudo são indispensáveis corpos dóceis e úteis. (GIACÓIA, 2008, p.192)

Visualizamos assim a escola e o sistema educacional como corpos *docilizados* e ‘*docilizantes*’, onde “corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada

percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos” (FOUCAULT, 1987, p.117). Em resumo, expulsou-se a *parrhesia*³ em relação à educação escolar e que objetiva ao aluno uma “fisionomia de soldado”, como a forma de operário para a fábrica, por exemplo, tal como a forma de louco nos manicômios, a forma de interno no hospital. Pretende-se instruir para a linha de produção e em uma linha de produção. Mas, forma-se? Educa-se?

Na Educação as disciplinas surgem quando colocamos os estabelecimentos educacionais numa produção em série, onde subdividem várias e várias vezes o sistema educacional em pequenos núcleos e, em cada um deles, há a presença constante de vigilantes que veem e não são vistos, e assim fortalecem o controle. Segundo Gallo (2008),

A disciplina, que se tornou sinônimo de campo de saber tanto na epistemologia quanto na estrutura curricular do saber escolar, apresenta uma ambiguidade conceitual muito interessante: invoca em si tanto o campo de saber propriamente dito quanto um mecanismo político de controle, se um certo exercício de poder. Disciplinarizar é tanto organizar /classificar as ciências quanto domesticar os corpos e as vontades. (GALLO, 2008, p. 257)

A *disciplinarização* da escola pode ser vista e entendida até por quem não está nesse território através de exemplos muito simples como o modelo de divisão por séries ou anos, ou seja, a seriação, ou então através da divisão por disciplinas ou matérias, e ilustrando mais, dentro de cada uma dessas disciplinas, há ainda outra divisão por conteúdos e assuntos. Foucault se refere a isso como

[...] o tempo disciplinar que se impõe pouco a pouco à prática pedagógica (...); organizando diversos estágios separados uns dos outros por provas graduadas; determinando programas, que devem desenrolar-se cada um durante uma determinada fase, e que comportam exercícios de dificuldade crescente; qualificando os indivíduos de acordo com a maneira como percorreram essas séries. (FOUCAULT, 1987, p.135)

Ou seja, além dessa compartimentalização, dessa disciplinarização da escola, se vivencia no dia-a-dia escolar uma maquinaria de fiscalização e controle sempre presentes, que acompanha e vigia os sujeitos desse território das mais diversas maneiras.

Segundo D’Ambrósio (1996) a educação somente deveria ser avaliada com base em seus impactos sociais, ou seja, através das suas efetivas contribuições na relação como outro.

³ A *parrhesia*, segundo Foucault, apresenta dois aspectos: “a coragem de dizer a verdade no cuidado e governo do outro a fim de sua formação ética e, por outro lado, a coragem de manifestar em relação e contra tudo a verdade sobre si mesmo, de nos mostrar tal como somos. (2011, p. 298)

Eu poderia sintetizar todo meu posicionamento dizendo que só faz sentido insistirmos em educação se for possível conseguir por meio dela um desenvolvimento pleno, e desenvolvimento pleno não significa melhores índices de alfabetização, ou melhores índices econômicos. (D'AMBRÓSIO, 1996, p. 9-10)

A sociedade disciplinar revela a dupla indivíduo-massa, uma vez que mostra e identifica uma pessoa com assinatura-número de registro, num paralelo entre individualidade e coletividade. Segundo Foucault (1987, p.158), “é preciso incluir os processos de escrita que permitem integrar, mas sem que se percam, os dados individuais em sistemas cumulativos”, isto é, partindo de qualquer registro geral seja possível encontrar um indivíduo e que o inverso seja também conseguido, onde cada dado individual possa repercutir nos cálculos de conjunto. Não números e dados apenas. Mas informações que signifiquem algo no micro e no macro.

Toda essa manipulação de etapas possibilita melhor observação e vigilância. E pior, permite uma melhor classificação e identificação do aluno, de acordo com o seu cumprimento ou não das metas esperadas, tornando-os e tornando-nos uma medida na régua da exclusão ou da inclusão, pois ao avaliar dessa forma, o que se quer é conceituar e classificar o sujeito segundo uma norma. Mas,

“Há muitas vozes repetindo a mesma frase:

Ninguém é igual a ninguém”...

De novo podemos perceber que um corpo dócil, em uma política econômica que privilegia os lucros e a produção, é um instrumento importante de obtenção de resultados. Num mundo onde *tempo é dinheiro*, ganha mais quem tem um número maior de funcionários que deem lucro. E na educação? O que seria lucro?

Uma consequência dessa supervalorização na classificação, ou mesmo de falsas tentativas de inclusão e de maquiadas não exclusões, é a implantação velada (será?) de uma normalização, que caracteriza, compara professores, escolas, sistemas educacionais a uma idealidade, uma imagem de educação, que só aumenta o seu fracasso. Então, a Educação deixa de ser espetáculo, obra de arte, invenção para se tornar vigilância, normalização, produção em série, utilidade. Mesmo assim,

“Há muitas vozes repetindo a mesma frase:

Ninguém é igual a ninguém”...

Souza (2006) cita François Ewald em seu livro *Foucault e a norma*, onde coloca algumas reflexões que nos ajudam a pensar o tema inclusão, exclusão, diversidade, singularidades e multiplicidades quando discute mais profundamente como é a *norma* em ação:

O direito numa sociedade das disciplinas funciona como norma, desce ao nível das disciplinas. Mas o que é a norma? É a medida que individualiza e compara, é a minúcia dos desvios infinitos. A norma é um princípio de comparação, de medida comum, de um grupo consigo mesmo. (SOUZA, 2006, p. 250)

Não há como negar que estamos num processo de *educação em massa*, entendida a educação conforme presenciamos atualmente e não como um processo de formar-se, tornar-se. D'Ambrósio (1996) nos ajuda a entender essa linha de produção imposta pela obrigação da *educação em massa* como uma linha de produção na qual os alunos entram no processo, cada ano de escolaridade é como uma etapa de fabricação e o objetivo final é que na junção das partes todos saiam tal como o planejado.

É uma maquinaria de Estado montando uma linha de produção, em que o objetivo de formar se encontra enfraquecido, sendo reduzido ao informar. Se for possível. Esse objetivo acaba reduzindo-se meramente a informar pelo menos o básico para que tenhamos o cumprimento de um currículo mínimo, cada vez mais mínimo, diga-se, em todos os segmentos e assim a educação seja igual para todos – medido de acordo com a norma - deixando-se de lado a preocupação com o aumento do repertório cultural e científico dos alunos e professores, que são importantes quando pensamos em Educação e Formação (com letras maiúsculas pois queremos ressaltar que falamos de uma Educação outra e uma verdadeira Formação). Apaga-se tudo, deixa-se de lado em nome do cumprimento de metas ou da apresentação de dados estatísticos.

E, após a produção em massa, o último passo é o controle de qualidade. A realização de uma avaliação que meça se todas as peças estão dentro do padrão imposto. Normalizar é abrir a possibilidade de medir com uma régua, pois segundo Foucault

[...] o Normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação standardizada. (...) Em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. (FOUCAULT, 1987, p.153)

Então os dois perfis de escola apresentados anteriormente se chocam e começam a produzir exclusão e discriminação. Segundo Foucault “Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição.” (2010, p.10) Discriminar é, também, querer padronizar, querer que todos sejam iguais, do mesmo padrão, de acordo com o que é considerado *correto* e *natural*. Normal. Mas não se esqueçam da canção, somos

*“Todos iguais, todos iguais
Mas uns mais iguais que os outros” (...)*

Foucault (1987, p.154), coloca que é compreensível que “o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz (...) toda a gradação das diferenças individuais”, ou seja, as diferenças não são desejáveis.

Dessa forma,

[...] a regulamentação é um dos grandes instrumentos de poder no fim da era clássica. As marcas (...) tendem a ser substituídas ou pelo menos acrescidas de um conjunto de graus de normalidade, (...) que têm em si mesmos um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares. (FOUCAULT, 1987, p.153-154)

A genialidade de Michel Foucault é demonstrada mais uma vez, ao prosseguirmos nossa construção, nossa criação dessa discussão, quando percebemos que a ideia do panóptico, está atualmente mais clara e nova do que nunca. O panóptico que era ver sem ser visto, tornar visível o condenado na sua condenação, ou seja, mostrar o condenado, iluminar a cela e observá-lo no momento que desejasse, mas não ser visto por ele, ou seja, a visibilidade dos castigos proporcionava autopunição ou auto regulação por parte do condenado, que acreditava estar sendo vigiado constantemente, e assim, se autovigiava.

Com o panóptico, invertia-se o sistema punitivo antes utilizado, que era o princípio da masmorra: “A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia.” (FOUCAULT, 2003). O que antes tinha como funções — trancar, privar de luz e esconder — agora apenas o mantém trancafiado. E, na medida que está à mostra, visível, torna-se também objeto de observação de si próprio e dos outros.

Foucault em uma de suas entrevistas que tornou-se documentário coloca que “esses controles são essencialmente controles de normalização”, e que “a presença do povo deve

levar a vergonha à cabeça do culpado; e a presença do culpado no estado penoso a que foi reduzido por seu crime deve dar à alma do povo uma útil instrução. Bem antes de ser concebido como objeto de ciência, pensa-se no criminoso como elemento de instrução.” (FOUCAULT, 1987, p.131).

Ou seja, “quando o juiz pede ao acusado para mostrar que ele aceitaria efetivamente a sua punição, que ele reconhece sua culpa, ele quer que o acusado diga: sim, senhor juiz, não é bem o senhor que julga mas sim a sociedade inteira à qual eu pertenço e, por consequência, (...) eu me puno a mim mesmo e não o senhor. Eu lhe inocento, juiz” (FOUCAULT, 2003). Ao se ver vigiado, ele passa a se vigiar, se regular e se punir.

Será que a Educação Brasileira não está como prisioneiro numa cela de Bentham?

Com a vigilância panóptica excessiva e generalizada, a disciplinarização e a normalização tornam possível o controle. No controle, o olhar não está voltado para aqueles que exercem o poder, mas para aqueles sobre quem o poder é exercido. Para todos, *normais* e *anormais*.

Pertencemos a uma sociedade que nos divide, nos classifica, nos rotula segundo o que considera natural. E, também, temos uma educação vigiada e cercada por legislações, regras e falsas morais, que normatizam e normalizam todo o processo educacional, onde tudo é observado e controlado.

Temos também réguas de cálculo previamente graduadas que servem para avaliar e classificar estabelecimentos de ensino, classes, professores, alunos - instrumentos de exame. Temos também, uma vigilância praticada entre os próprios alunos, que, antes da prática do *cuidado de si* e da *parrhesia* possibilitada pela presença do outro, vivem em meio à violência, discriminação, exclusão - desconstrução da vida.

Esse é exatamente o discurso que compõe, que alicerça a ideia de nossas provas e avaliações oficiais e institucionalizadas cercadas por cumprimento de metas e superação de índices estatísticos: fazer com que cada escola e universidade se auto vigie e se auto puna, isentando assim o Estado e os órgãos competentes pelo funcionamento da Educação.

O poder moderno não seria apenas uma instância repressiva e transcendente (o rei acima dos súditos, O Estado superior ao cidadão), mas uma instância de controle, que envolve o indivíduo mais do que o domina abertamente. Uma relação do poder somente pode ser assim definida quando indivíduos livres agem sobre as ações dos outros. (SOUZA, 2006, p.243)

E, conforme estamos discutindo até aqui, se pretendemos ativar movimentos de inclusão e rechaçar atitudes de exclusão, é preciso estar atento a ações que medem, classificam e priorizam padrões, como os que estamos apresentando, por exemplo.

Ainda assim, se escuta:

*“Há tantos quadros na parede
Há tantas formas de se ver o mesmo quadro
Há tanta gente pelas ruas
Há tantas ruas e nenhuma é igual a outra
Ninguém é igual a ninguém”(...)*

Pensamos que as avaliações nacionais (ENEM, ENADE, Prova Brasil, dentre outras) funcionam como o panóptico de Bentham, onde se colocam na posição de tudo ver sem ser visto, são como as celas vazadas com janelas em frente à torre de observação, mas também com janelas ao fundo que deixam a luz atravessar.

Elas colocam a escola à vista de uma sociedade que também se isenta de responsabilidade sobre ela, mas que se vê no papel do vigilante na torre de vigilância, se sentindo aptos a observar, julgar e até capazes de punir, se fosse possível.

Portanto, “basta colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar” (FOUCAULT, 1987, p.166) ... uma escola, uma universidade, um professor, um pesquisador para fazê-lo passar sua vida profissional tentando cumprir metas, atingir notas e mantê-las, sem lhe sobrar tempo, portanto, ao *cuidado de si, ao governo de si e dos outros* e à *coragem da verdade* na sua vida profissional e pessoal. Será que um cenário assim possibilita movimentos de inclusão? Ou são propícios para o inverso?

E como “o panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto”, torna-se um “dispositivo importante, pois automatiza e *desindividualiza* o poder” (FOUCAULT, 2003), ou seja, qualquer um pode vigiar, na falta do governo federal, estadual ou municipal, pode exercê-lo o Secretário de Educação, o Dirigente de Ensino, o Diretor de Escola, o coordenador pedagógico, os próprios colegas professores, os alunos, a família do aluno, a sociedade e até mesmo o próprio sujeito professor. As motivações para vigiar podem ser as mais diversas.

Diferentemente da sociedade da soberania que procurava encontrar um culpado para castigar, ou da sociedade disciplinar que buscava indivíduos par normalizar, a sociedade do risco ou a sociedade dos controles virtuais

busca a salvaguarda econômica, a minimização das perdas, a invisibilidade dos controles e a satisfação da clientela. (SOUZA, 2006, p.255)

A observação e o controle dos corpos também deve ser total. Tudo agora se torna visível, observável, analisável, calculável, passível de exame. Além de tudo ser vigiado, normalizado, passe-se a tomar os corpos como objetos de análise e descrição, sendo assim, passível de exclusão, como uma punição a quem foge a ela, mesmo que saibamos que “*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos*”, segundo a Declaração Universal dos direitos Humanos, em seu artigo 1º, citada no início desse texto.

Na nossa era de informação e comunicação facilitadas pelos mais diversos meios, numa sociedade-visibilidade, abre-se também a possibilidade de “dotar o poder de um olhar. Impor àqueles sobre os quais se exerce o poder, uma visibilidade integral, exaustiva” (FOUCAULT, 2003). Assim, “a plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha”. (FOUCAULT, 1987, p.166)

Tudo é informação, tudo deve ser público, passamos a ser identificados com senhas, números de registros, somos um pixel a mais nesta grande tela de *led high-definition*. Estamos sendo observados, vigiados, medidos, julgados e punidos agora em alta-definição. Mas isso é *normal*, pois somos

“Todos iguais, todos iguais” (...)

Estamos em um aparelho contrário ao da masmorra, agora tudo se vê, tudo deve ser mostrado, declarado, nada mais parece se esconder nos porões da vida. Assim, o poder capacitado pela visibilidade é contínuo e objetiva o sujeito.

Então pensamos novamente o sistema educacional nacional, com seus currículos cada vez mais mínimos impostos e pré-concebidos, provas nacionais - como as já citadas Prova Brasil, o Saeb, o Enem, o Enade, entre outras, cujas notas servem para, entre outras coisas, observar, classificar e qualificar segundo a norma; e punir, pois um mal rendimento resulta em corte de bonificações em dinheiro aos professores.

A indústria e o comércio de livros didáticos, adaptando-se e moldando-se às propostas “inovadoras” e sempre confeccionados para atender a demanda de consumidores e o perfil da clientela, revelam uma educação cada vez mais como produto de mercado.

Ou seja, disciplina, controle e exame a serviço da máquina de estado. Máquina que aprisiona. E esse é o mais pesado e mais grave dos fardos, ser servo de si mesmo, pois de nós

mesmos não podemos fugir. Daí a importância do cuidado de si. “Ser livre é fugir da servidão de si mesmo.” (FOUCAULT, 2003)

Segundo Paul Veyne, “em cada época, os contemporâneos encontram-se assim fechados em discursos como em aquários falsamente transparentes, ignoram quais são e até que existe um aquário. As falsas generalidades e os discursos variam através do tempo, mas, em cada época, passam por verdadeiros” (VEYNE, 2009, p.19)

Pensemos, agora, no aquário do sistema educacional brasileiro, onde a educação escolar está colocada à vista de todos mas que apresenta ainda os piores índices nos mais diferentes quesitos. A visibilidade é uma grande armadilha, já nos dizia Michel Foucault. Como escapar dessa armadilha?

Como diz Kafka, nesse momento não procuramos sequer a liberdade, apenas uma saída.

*“Me espanta que tanta gente minta
(Descaradamente) a mesma mentira
Todos iguais, todos iguais
Mas uns mais iguais que os outros
(...)
O que me encanta é que tanta gente
Sinta (se é que sente) ou
Minta (desesperadamente)
Da mesma forma”*

(Ninguém = Ninguém. Composição de Humberto Gessinger. Gravada pelos Engenheiros do Hawaii no álbum *Gessinger, Licks & Maltz*, em 1992)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'AMBRÓSIO, U. **Educação Matemática: da teoria à prática**. Campinas: Papirus Editora, 1996. Coleção Perspectivas em Educação Matemática.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 2010. 20ª edição. Edições Loyola.

FOUCAULT, M. **Michel Foucault Por Ele Mesmo - (Michel Foucault Par Lui Môme)**. Longa-metragem. Gênero: Documentário. Direção: Philippe Calderon. França: 2003. 62 minutos. Publicado em 21 de abril de 2012 em <https://www.youtube.com/watch?v=Xkn31sjh4To&sns=fb>.
Data de acesso: 05/11/2018.

FOUCAULT, M. **A Coragem da verdade: O governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984)**. 1. ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

GALLO, S. Foucault: (Re)pensar a Educação. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (orgs.). **Figuras de Foucault**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 253-260.

GIACÓIA JR, O. Foucault. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (orgs.). **Figuras de Foucault**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 187-203.

SOUZA, L. A. F. de. Paradoxos da modernidade vigiada: Michel Foucault e as reflexões sobre a sociedade de controle. In: SCAVONE, L.; ALVAREZ, M. C.; MISKOLCI, R. (org.) **O Legado de Foucault**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p.241-259

VEYNE, P. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Tradução Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Submetido em Novembro de 2018

Aprovado em Dezembro de 2018